

EXCLUSÃO SOCIAL EM UBERLÂNDIA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO DOM ALMIR E SEU ENTORNO

Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires

Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia

Márcia Andréia F. Santos

Bolsista da FAPEMIG

Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia

ABSTRACT - The aim of this article is to present a geographical and socioeconomic characterization of an peripheral space of the city of Uberlândia. This carcterization will be used as subsidies to understand the problems of health in this area, that will be done in a subsequent stage of our research.

Key words - social exclusion, urban periphery, urban space

INTRODUÇÃO

A dinâmica econômica atual tem produzido uma reestruturação nos papéis sociais da população brasileira, onde os indivíduos buscam especializarem-se para o mercado de trabalho cada vez mais concorrido. Pode-se observar que o aumento da produtividade gerada pelo acúmulo capitalista e o avanço tecnológico cria espaços dispare na sociedade, devido à diferença na distribuição de renda que impera em nosso país, onde a remuneração da maioria dos assalariados não acompanha o aumento da produtividade do trabalho (KOWARICK, 2000).

Esses fatores acentuam os problemas sociais, impulsionando as classes menos favorecidas

para situações, muitas vezes, de extrema pobreza, dificultando a integração social. Com isso, uma grande parcela da população é continuamente lançada na indigência. Dessa forma, “[...] a questão social emerge, assim, revelando a miséria não como algo acidental mas como uma face da civilização moderna industrial” (MAGALHÃES, 2001:2).

A exclusão social é um fator que restringe o desenvolvimento sócio-espacial nas cidades brasileiras, deteriorando a imagem do ser humano ao situá-lo numa posição sub-humana. Mas não existe apenas a exclusão social, sendo possível destacar a exclusão econômica, cultural e étnica que não se apresentam de forma igual e homogênea no espaço, mas adquirem diferentes expressões

em diversos períodos históricos, dependendo das condições estruturais de cada país.

Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla que procura compreender o processo de exclusão social e seus impactos sobre a saúde em Uberlândia a partir do estudo de caso de uma área periférica - a saber - Dom Almir, Prosperidade, Joana D'Arc e São Francisco,

que se caracterizam, respectivamente, por ser um assentamento urbano, um loteamento irregular e duas áreas de invasão, antiga Favela Joana D'Arc, hoje parcialmente urbanizada e a Favela São Francisco, espaço surgido em janeiro de 2001 a partir da ocupação de uma grande área vazia que passou a abrigar mais de mil famílias (cf. FIGURA 1).



FIGURA 1 - Localização do bairro Dom Almir, Prosperidade, Joana D'Arc e São Francisco

Autor: ROMEL, Erwin - 2001

Org.: SANTOS, Márcia A. F.

Vivendo em condições insalubres, com infraestrutura precária, os moradores desse setor ficam sujeitos a diferentes tipos de doenças acometidas, principalmente, pela falta de saneamento e urbanização adequada. Dessa

forma, o objetivo desse artigo é apresentar uma caracterização geográfica e sócio-econômica dos moradores residentes nessa parte da cidade, que nos sirva de subsídios para entender os problemas de saúde

existentes na área, que será feito numa etapa posterior de nossa pesquisa, e que não será objeto de análise nesse trabalho.

Faz-se necessário dizer que o conceito de saúde é amplo e em sentido mais abrangente,

segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde.

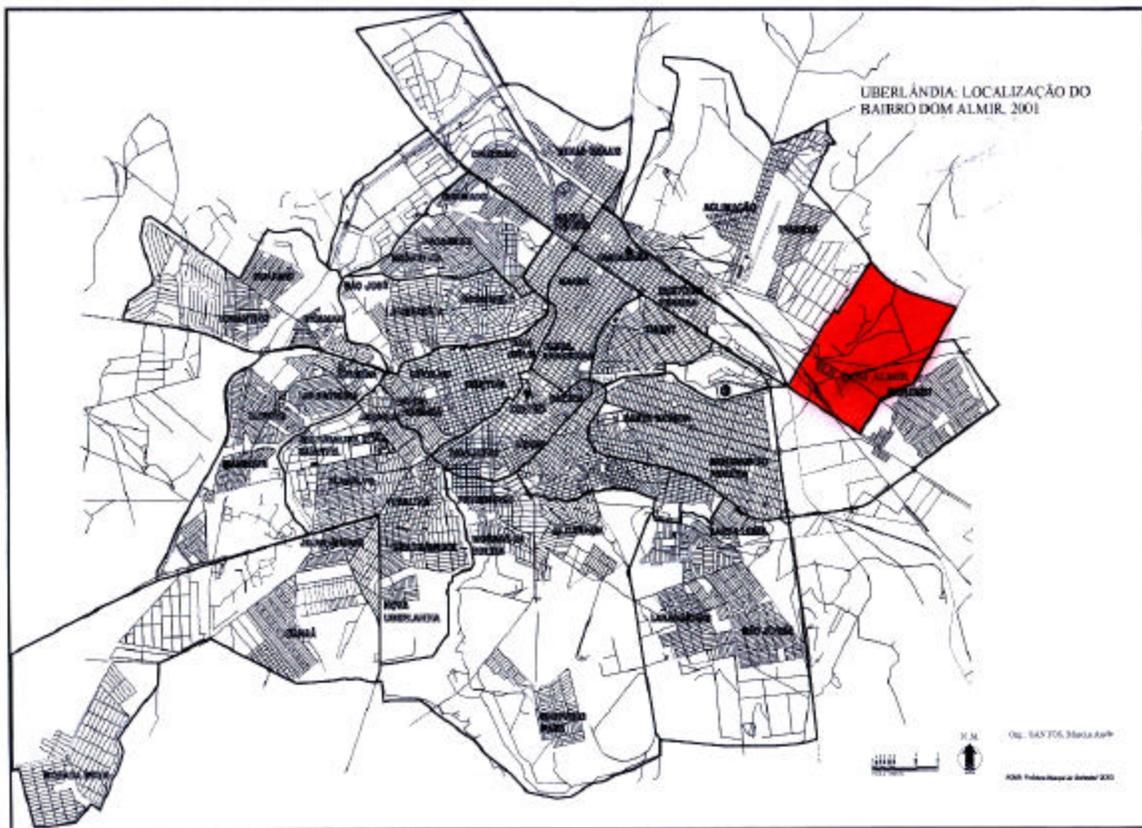


FIGURA 2 -

Autor:

Org.:

EXCLUSÃO SOCIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Exclusão social é um fenômeno vinculado ao processo de desenvolvimento econômico e

promovido pela dinâmica de acumulação capitalista, que, de certa forma, vem criando novos modos de produção e trabalho, provocando uma reestruturação e redistribuição espacial dos diferentes

elementos que atuam na reprodução do capital. O crescente surgimento das novas tecnologias vem substituindo gradativamente os trabalhadores que se tem tornado não qualificados perante às novas exigências do mercado. Como consequência desse processo, o número de excluídos do mercado de trabalho têm aumentado cada vez mais. As estratégias de superação dessa situação devem apontar para um conjunto de medidas que resgatem a dimensão da cidadania dos grupos sociais excluídos, proporcionando-lhes acesso aos serviços de saúde, educação, justiça etc., com base na elevação da sua qualidade de vida.

Alcançando várias dimensões, portanto, a exclusão pode ser vista pelo prisma econômico, político, cultural, étnico e social. Na esfera econômica, as políticas de ajustes de cunho neoliberal têm tirado do mercado de trabalho um grande número de pessoas que são colocadas à margem do processo produtivo, sem perspectivas de solucionar tal situação, visto que, muitas vezes, a idade ou a incapacidade de adaptar-se ao novo modelo do mercado torna-se uma barreira quase que intransponível. Lançados à mercê da sorte, há uma perda crescente do poder aquisitivo e a imensa concentração de renda os impulsiona em direção às linhas da pobreza e da indigência, à condição de exclusão (SCOREL, 1994). Os avanços tecnológicos materializados no espaço têm gerado graves consequências, sobretudo com a concentração

de capital. Percebe-se mudanças aceleradas, transformações que não se distribuíram numa longa escala temporal, mas fixaram-se nas últimas décadas, principalmente 1980 e 1990. Este avanço tecnológico vem provocando uma enorme concentração geográfica e financeira, onde as classes mais favorecidas, detentoras de capital tornam-se também cada vez mais ricas e as classes menos favorecidas cada vez mais pobres. Segundo dados do PNUD/IPEA (1996:18), numa análise comparativa entre 55 países, demonstrou-se que o Brasil é aquele com a distribuição de renda mais iníqua.

Na esfera política, observa-se uma restrita participação de alguns grupos sociais em diversos espaços da política. Muitas vezes lhes são negados os direitos de expressar seus desejos e interesses e de conseguir o reconhecimento pleno de sua legitimidade social.

A dimensão cultural e étnica vincula-se à discriminação disfarçada, onde a pobreza passa a ser a vilã da história, sendo vista como ameaçadora. Dessa forma, sem nenhum respeito ao indivíduo, “retira-se a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o diferenciam e o identificam” (SCOREL, 1994). Romper com estes obstáculos é algo árduo e indeterminado; é um processo que demanda tempo e reformulação da

organização social, de forma que atenda às necessidades primordiais de sobrevivência.

A dimensão social é configurada pelo espaço da pobreza, sendo caracterizada pela falta de moradia, pela falta de condições sanitárias, pelos acesso a equipamentos e recursos sociais. Observa-se que as condições de vida daqueles que convivem com esta situação, em geral, encontram-se em situações de sub-humanidade. As ocupações ilegais de parcelas do espaço urbano são a expressão material dessas condições.

“Os vínculos de apropriação do espaço, em geral, caracterizam-se pela ocupação de lugares públicos do meio urbano, como viadutos, pontes, estações, marquises ou soleiras de edificações. E outro modo, sub moradias construídas em áreas verdes ou qualquer brecha de espaço como entre rodovias são comuns” (HEIDRICH, 2001).

Segundo CÂMARA (1997), as favelas invadiram o cenário das grandes cidades, megalópoles e metrópoles, no final do século XIX e início do século XX. Numa análise da taxa de crescimento anual das populações faveladas no município do Rio de Janeiro e São Paulo, verifica-se que as mesmas tornaram-se parte integrante da sua dinâmica sócioespacial. No Rio de Janeiro, em 1980, a população municipal cresceu 1,63%. Em São Paulo, entre 1985 e 1997 a população

municipal cresceu 2, 55% e a população favelada 14,07% (op. cit)

Pode-se dizer que a favela é o reflexo da exclusão social a que está submetida parcela da sociedade, produzindo a “cidade ilegal”, o espaço urbano sem organização, ou seja, sem ruas ordenadas e elementos cartesianamente distribuídos. É o ambiente criado pela divisão social e econômica do trabalho. É o local onde a reprodução da vida foi possível e foi o único meio encontrado para isso. É a imagem das conseqüências geradas pelo “dinamismo do sistema capitalista” (BESSA, 1998).

Faz-se necessário, portanto, pensar num desenvolvimento sustentado das cidades, pois esta apresenta, segundo KOWARICK (1997), duas características extremas, sendo para o capital uma fonte de lucro e para os trabalhadores uma forma de existência. Assim sendo, a cidade é o lugar onde as manifestações sociais acontecem, onde as contradições se apresentam caracterizadas sobretudo pela reprodução do capital, das relações sociais e da luta pela sobrevivência. Faz-se necessário que se tenha uma visão globalizada da cidade, fazendo-se uma crítica à lógica da exclusão social, voltando-se para uma concepção global e integrada do ambiente construído, procurando romper, desse modo, com a lógica dualista da “cidade ilegal” e da “cidade legal”.

Todo cidadão tem direito à cidade onde ele possa se reproduzir, mas para isso é necessário que a visão de reforma urbana incorpore a dimensão de direito à vida na cidade. Essa reforma urbana, de acordo com SOUZA (1997), deve ressaltar objetivos de justiça social, sem subestimar ou banalizar a complexidade das conexões entre meio ambiente e qualidade de vida.

A saúde, por exemplo, encontra-se intimamente relacionada com o saneamento, pois este diminui as incidências de doenças ao proporcionar um espaço com condições propícias à habitação. Sendo assim, o saneamento caracteriza-se por diferentes ações, tais como: redes de esgoto, abastecimento de água, limpeza pública, drenagem pluvial, controle de vetores de doenças transmissíveis etc. É certo que a falta de um desses serviços na área urbana pode causar graves transtornos à comunidade. A qualidade do ambiente depende, sobretudo, de tais ações políticas no setor saúde, mas convém dizer que dentro do espaço urbano ainda encontram-se áreas completamente desprovidas de infra-estrutura básica que garanta qualidade de vida para a população.

Os espaços excluídos dentro da cidade, a saber, a favela, os cortiços, os bairros periféricos de classe baixa, são exemplos que denotam o descaso das autoridades públicas frente às necessidades vigentes de saneamento e segundo HELLER, (1998), os riscos

decorrentes da insalubridade do ambiente afetam em maior proporção as populações de menor status sócio-econômico .

A saúde pública, nos países subdesenvolvidos, tem poder limitado, desde que, com as armas e métodos clássicos disponíveis, não tem conseguido resolver, satisfatoriamente, os problemas de saúde da população. A solução para a saúde depende das esferas política e econômica e não apenas das propostas de “racionalização” dos serviços de saúde (SCOREL, 1994). O instrumental tecnológico só produzirá os desejados efeitos se operacionalizado através de uma estrutura social na qual estejam contempladas as demais necessidades básicas da população. E isto só se consegue com decisões de ordem política.

CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DOM ALMIR E SEU ENTORNO

O bairro Dom Almir e seu entorno são espaços que se localizam na periferia e apresentam um conteúdo social de baixa renda, sendo marcante o processo de autoconstrução, pois a periferia ainda tem sido uma parte do espaço urbano onde o valor do solo é menor. Percebe-se, também, o contrário, onde a periferia vem se valorizando substancialmente em outras partes da cidade. Ela adquire, dessa forma, diferentes valores, decorrendo da forma como o espaço será utilizado, ou seja, quais os tipos de usos e grupos sociais presentes naquele local.

O Dom Almir, localizado na periferia de Uberlândia, é um assentamento urbano, que se organizou como bairro em 1991, a partir do Projeto de Desfavelamento e Urbanização de Favelas, elaborado pela Prefeitura Municipal. A Favela Dom Almir foi, então, urbanizada, dando origem ao bairro com o mesmo nome. A urbanização, bem como o assentamento das

famílias faveladas na área do bairro foi fruto da pressão social exercida pela população local, onde representantes políticos simpatizantes pela causa e instituições não governamentais como a igreja, intervieram juntamente com os moradores na busca dessa conquista. Na FIGURA 3 podemos visualizar algumas características do bairro.



FIGURA 3 - Fisionomia do bairro Dom Almir, em 2001

Autor: SANTOS, Márcia A. F. (2001)

Os moradores do bairro Dom Almir lutaram por seus direitos de cidadãos e, apesar de ter sido um processo cansativo, marcado por procedimentos burocráticos de legalização, as pressões realizadas pelos moradores forçaram o Poder Público a tomar decisões no sentido de resolver o problema. Uma das questões

enfrentadas pelo Executivo Municipal foi o fato de que a quantidade de pessoas que se deslocaram de outras cidades ou até mesmo do próprio município para os focos de favela tenderam a elevar-se, pois a expectativa de se conseguir um lote pela prefeitura tornou-se

uma febre que os fez convergir para tal lugar (RIBEIRO DE SÁ, 1999).

Em 1994, a Prefeitura Municipal de Uberlândia entregou à população a escola de ensino fundamental, e em 1995 foi instalado o Posto de Saúde no mesmo terreno, ou seja, junto à escola, prestando serviços à comunidade do bairro e do seu entorno. Em 1996, o bairro passou a contar com uma creche e a pavimentação foi mais uma das infra-estruturas necessárias recebida pelos moradores. Neste ano, o bairro contava com 2.400 moradores, segundo dados do IBGE.

Este setor é bastante dinâmico, onde, nas proximidades do bairro são freqüentes os surtos de invasão. A exemplo disso são os dois setores, denominados Joana D'Arc e São Francisco, que se iniciaram num espaço vazio, próximo à penitenciária da cidade. O Joana D'Arc existe há quatro anos e depende da escola, do centro de saúde e da creche presentes no bairro Dom Almir. Como pode-se observar na FIGURA 04, a área é carente de infra-estrutura, tais como rede de esgoto, asfalto e água encanada, fator que tem fortes implicações sobre as condições de saúde da população.



FIGURA 4 - Características do bairro Joana D'Arc

Autor: SANTOS, Márcia A. F. (2001)

O Prosperidade ou Jardim Prosperidade é um loteamento clandestino, cujos primeiros lotes foram vendidos em 1994 pela imobiliária Continental, extinta atualmente. Segundo RIBEIRO DE SÁ (1999), o valor das prestações dos lotes foram estabelecidos de acordo com o salário mínimo. Não havia, contudo, infraestrutura básica - água, luz e esgoto - bem como pavimentação e equipamentos públicos. Os terrenos não possuem regularização fundiária, visto que, até dezembro de 2000, a Prefeitura Municipal não reconhecia o bairro oficialmente, não sendo localizado nem mesmo no mapa da cidade. A sua regularização depende da solução de ação judicial contra o seu proprietário e herdeiros. Os moradores, não tendo como regularizar essa situação, não podem vender, comercializar ou concluir pagamento de seus lotes.

Os dados sobre a população do Prosperidade foram levantados por RIBEIRO DE SÁ (1999) no local. Os referidos dados foram fornecidos pela Associação de Bairro, formada por seus moradores para defender suas causas, visto que a Prefeitura não dispunha, até 1999, de registro oficial a respeito do lugar, assumindo uma posição de neutralidade. Em 1998, a população era de 3.600 habitantes, perfazendo um total de 639 famílias.

O foco atual de invasão é denominado São Francisco. Este ocorreu em janeiro de 2001

e já possui 1.460 famílias e um total de mais de 3.000 pessoas. A Prefeitura Municipal, sob gestão do Prefeito Zaire Rezende, tem tentando regularizar a sua posse, iniciando, também, a sua urbanização. Os próprios moradores já colocaram nomes nas ruas. O DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) levou para o bairro tanques de água, que são abastecidos três vezes ao dia. Veja a fisionomia da habitação na Favela São Francisco na FIGURA 5.

A Prefeitura Municipal de Uberlândia, representada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Divisão de Assistência e Promoção Social, realizou um levantamento em 2001 com as famílias residentes no entorno dos bairros Dom Almir e Prosperidade, onde fez-se um reconhecimento da naturalidade, origem, estado civil, profissão, tempo de moradia, número de pessoas, escolaridade e renda familiar dos indivíduos ali presentes.

É elevado o número de imigrantes que residem na cidade de Uberlândia. Geralmente, são pessoas que vem de outras cidades do próprio estado de Minas Gerais para trabalhar e/ou estudar. Das 215 pessoas entrevistadas, apenas 47 delas são de Uberlândia, 105 de outros locais de Minas e 60 provém de outros estados do país, a saber, Goiás Bahia Rio Grande do Norte, São Paulo e outros estados (cf. FIGURA 6).



FIGURA - Habitação da Favela São Francisco, 2001

Autor: SANTOS, Márcia A. F. (2001)

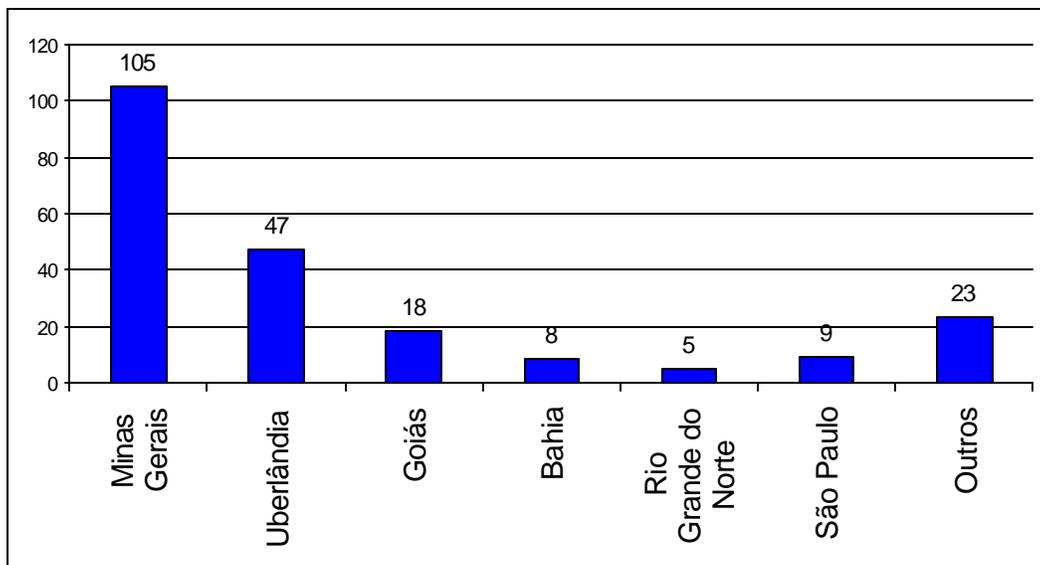


FIGURA 6 - Origem dos moradores do São Francisco

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia - 2001

A análise da escolaridade dos moradores demonstra que a maioria da população (447 pessoas), incluindo crianças, não havia concluído o Ensino Fundamental e apenas 10 tinham concluído o Ensino Médio.

Atualmente, o setor terciário é o que mais emprega pessoas, pois os demais setores exigem grau de escolaridade mais elevado, pelo menos segundo grau completo

(Ensino Médio) e a população brasileira possui um número elevado de pessoas que não concluíram pelo menos o Ensino Fundamental. Com relação à profissão, a maioria da população invasora do São Francisco encontra-se empregada no setor terciário, sendo, dos 211 entrevistados, 121 os que trabalham em serviços ditos terciários (cf. FIGURA 07).

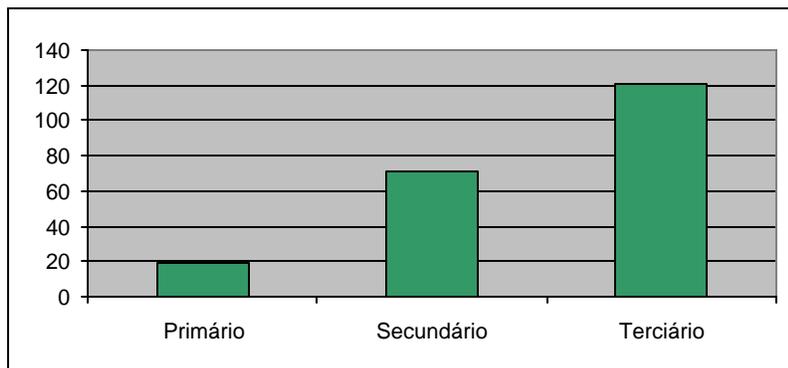


FIGURA 07 - Profissão dos moradores do São Francisco

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia - 2001

Como consequência do grau de escolaridade, a renda familiar deles também é baixa, em virtude de estarem empregados em atividades do setor terciário que demandam pouco estudo. Sendo assim, muitos dos que ali residem podem ser considerados pobres, uma vez

que ganham menos de um salário mínimo, isto é, R\$ 180,00 reais. Destes, destacam 31 pessoas. Alguns têm uma renda familiar entre um e dois salários, (113 pessoas), e apenas 20 recebem acima de dois salários mínimos. O desemprego ainda continua sendo um

estigma na vida de muitos brasileiros e ali, no São Francisco, não foi diferentes, 55 desempregados (cf. FIGURA 8).

As obras de urbanização do assentamento São Francisco e Joana Darc foram embargadas em função de medida judicial impetrada por vereadores da oposição que alegaram irregularidades no processo de desapropriação implantado pelo governo Zaire Rezende.

Segundo RIBEIRO DE SÁ (1999), a situação entre os moradores do Prosperidade, Dom Almir e antiga Favela Prosperidade, atual Joana D'Arc, é complicada, uma vez que os moradores do Prosperidade não gostam de ser confundidos com os moradores

da favela, dizendo-se ter legitimidade sobre os lotes e apontando a favela como uma invasão. Esta confusão costuma acontecer devido ao nome e ao fato de as terras do Prosperidade, da Favela e mesmo do Dom Almir pertencerem ao mesmo espólio. Revelam também o estigma que cerca a "favela".

Na FIGURA 09 pode-se observar a grande área que em 1997 ainda não estava ocupada, levando-nos a uma reflexão sobre a dinâmica dos processos sócio-espaciais que mudam a feição do espaço urbano num curto período de tempo, exigindo ações rápidas do Poder Público, no sentido de equacionar os problemas decorrentes dessas mudanças.

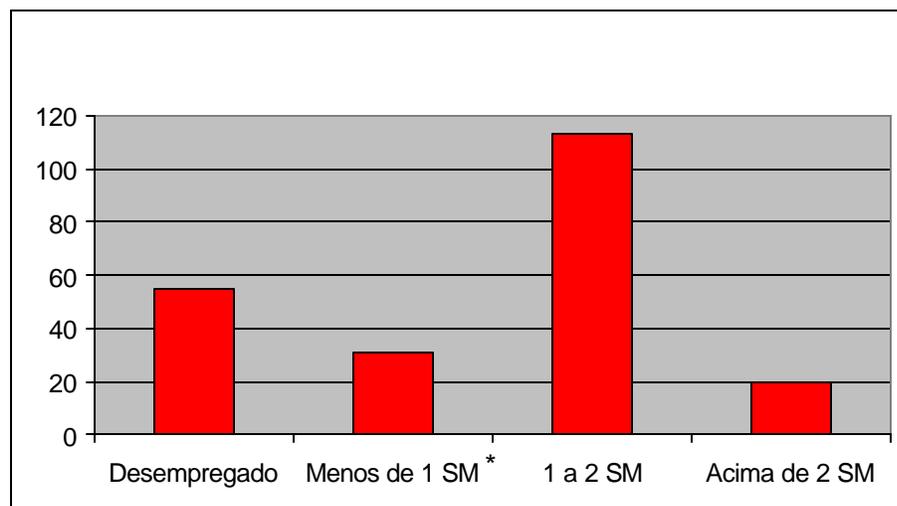


FIGURA 08 - Renda familiar dos moradores do São Francisco

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia - 2001



FIGURA 9 - Vista aérea do Dom Almir e seu entorno - 1997

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual está marcado por complexas mudanças nos modos de vida da população,

acarretado, sobretudo, pelas transformações que vem ocorrendo no tecido urbano. Os indivíduos tendem a se adaptarem a estas mudanças que surge com a estruturação e

reestruturação do espaço promovidos pelos agentes modeladores do espaço, principalmente aqueles voltados para os negócios imobiliários. Contudo, nem sempre é possível se manter uma adaptação favorável e equilibrada nesse espaço, uma vez que as contradições sempre aparecem à medida que o “capitalismo selvagem” se reproduz. Contradições estas que, na maioria das vezes colocam aqueles que não tiveram a oportunidade de participar do processo de desenvolvimento econômico, a saber, os excluídos, numa posição de extrema miséria.

As diferentes formas de exclusão social (econômica, cultural, racial, étnica) crescem cada vez mais, principalmente porque a globalização é um processo que se sustenta na diferença, ou seja, ela se reproduz a partir das diferenças. A diferença na distribuição de renda, na cor da pele, no carro do ano, no lazer etc. É o momento onde as virtudes e a moral são colocadas num segundo plano, enaltecendo aquilo que muitas vezes não se identifica com o indivíduo que se predispôs a viver sob o comando de tais ordenanças que, por estar alienado a tal situação, não tem forças para libertar-se dessas imposições. Sendo assim, o que importa para essas pessoas são a imagem que elas estarão passando para a sociedade.

Uberlândia é uma cidade que se insere no contexto contraditório das cidades capitalistas, pois a atuação de diversos fatores sociais,

econômicos e políticos produzem constantemente um espaço urbano fragmentado e diferenciado, criando-se as periferias urbanas, como a nossa área de estudo, o Dom Almir e seu entorno.

A saúde é um fator ligado às condições socioambientais e dependerá, portanto, da forma como a sociedade estrutura o espaço. Assim, a saúde só alcançará a definição dada pela OMS – boas condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde - quando houver uma distribuição de renda digna no país, onde o trabalhador não seja explorado de uma forma tão desumana pela constante produção da mais-valia empreendida pela dinâmica da acumulação de capital do mundo atual.

O que se pode considerar com relação à saúde no bairro Dom Almir é que o status sócio-econômico da população, assim como precárias condições de saneamento tem contribuído para a ocorrência de doenças, principalmente relacionadas com o aparelho respiratório, onde as crianças são as que mais sofrem com este mal. Frequentemente, as mães precisam levar seus filhos para fazerem inalação, pois a poeira suspensa no ar, trazida dos bairro vizinhos, transportam germes que conseqüentemente irão causar transtornos à saúde. A Unidade Básica de Saúde do Dom Almir tem recebido muitas adolescentes

grávidas, tanto do bairro quanto do seu entorno que, apesar das informações passadas pela mídia ainda vem acontecendo de uma forma alarmante. Merece destaque, nesse caso, a importância da educação escolar no processo de conscientização dessas jovens. Conforme ressaltamos no início desse texto, a análise das condições de saúde será realizada em outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSA, K. C. F. de O. **Assentamentos urbanos em Uberlândia: O significado de um novo espaço e o cotidiano dos ex-favelados**, 1998. 116 f. Monografia (Bacharelado em Geografia Urbana) – Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia.
- CÂMARA, M. P. A.. Exclusão espacial na cidade contemporânea – do risco de expulsão ao risco de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7, 1997, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR/UFPE, 1997. p. 1961-1986.
- CARVALHO, A. P. A. **Meio ambiente e saúde no município de Salvador**. 1997. 233 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – IGCE, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- ESCOREL, S. Exclusão Social e Saúde, **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 38-43, jun. 1994.
- HEIDRICH, A. L. Territorialidades de Exclusão e Inclusão Social: Relações da Sociedade com o Espaço em Situações de Pobreza e de Construção de Vida Econômica e Consciência. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Media Graphics, 2001. p.74-80. CD ROM.
- HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.73-84, 1998.
- KOWARICH, L. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente, **Espaço & Debates**, São Paulo, ano 17, n.40, 1997.
- _____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000. 144p.
- MAGALHÃES, Rosana. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.1-14, 2001.
- NETTO, J. M. A.; BOTELHO, M. H. C. Manual de saneamento de cidades e edificações. In: **Saúde, Saneamento, Bem-estar**. São Paulo: Pini, 1991.
- PNUD/IPEA. Relatório sobre desenvolvimento no Brasil. Brasília, 1996.
- RIBEIRO DE SÁ, C. H. **Autoconstrução e assentamentos urbanos em Uberlândia-MG: Em questão os bairros Dom Almir e Prosperidade**. Uberlândia: Instituto de Geografia, 1999. 87p. Relatório final de pesquisa – IC/CNPq/FAPEMIG-UFU.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Informativo anual - 1998**. Uberlândia, Núcleo de Informação em Saúde, 1998.
- _____. **Relatório de gestão - 1999**. Uberlândia, Núcleo de Informação em Saúde, 1999.